

POVOS INDÍGENAS

BETO RICARDO*

Apesar de convertidos em minorias, os povos indígenas no Brasil conquistaram direitos coletivos e permanentes na Constituição de 1988 e construíram alianças com outros setores da sociedade nacional e internacional para consolidá-los

Os nativos somavam mais de mil povos e alguns milhões de pessoas quando os portugueses chegaram, em 1500, à costa leste do que viria a ser o Brasil. Embora o censo demográfico do **IBGE** (2000) tenha registrado, no quesito cor, mais de 730 mil pessoas que se auto-identificaram genericamente como “índios” (**ver População Brasileira, pág. 216**), não há um censo indígena no País. Estima-se que, hoje, a população de origem nativa e com identidades específicas definidas, some cerca de 480 mil indivíduos (**ISA, 2006**), vivendo em terras indígenas ou em núcleos urbanos próximos – isto é, 0,2% da população brasileira. Estão divididos em cerca de 227 povos (**ISA, julho de 2007**), do quais mais da metade (64%) têm uma população de até mil indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo, embora existam

povos ameaçados de extinção. São faladas 180 línguas diferentes de dois grandes troncos (Tupi e Macro-Jê) e várias famílias. No seu conjunto, compõem um verdadeiro mosaico de micro sociedades com diferentes culturas e situações de contato, espalhadas por todo o território nacional. Cerca de 36 povos nativos que vivem no Brasil hoje também estão, além da fronteira nacional, em países vizinhos. Há dezenas de **povos isolados**, sem contato regular com agências do Estado e segmentos da sociedade nacional.

As realidades indígenas específicas são desconhecidas para a maioria dos brasileiros. A imprensa trata os índios de maneira genérica e fragmentada, muitas vezes exótica. A cada período da história recente do Brasil, por exemplo, uma

* Antropólogo, é secretário executivo do **ISA**



© VINCENT CARELLI

Aldeia Krahô de Pedra Branca (TO), 1978.

“tribo” ocupou o lugar de destaque na mídia e no imaginário dos brasileiros. Assim foram os Karajá da Ilha do Bananal na década de 1940, os Xavante do Mato Grosso na década de 1950, os povos xinguanos na década de 1960, os “gigantes” Krenhakarore (Pinará) nos anos 1970, os Yanomami, os Kayapó e os Guarani nos anos 1990.

A dificuldade em se encontrar informações qualificadas e atualizadas sobre os povos indígenas, entre outras razões, se deve ao pouco espaço de expressão direta que eles têm no cenário cultural e político do País, mesmo que essa participação esteja crescendo nos últimos anos. Apenas metade das línguas atualmente faladas recebeu algum registro científico. O português falado hoje pelos brasileiros está repleto de palavras e expressões de origem indígena, quase todas de línguas do tronco tupi.

Direitos e conhecimentos especiais

Os povos indígenas têm na Constituição brasileira de 1988 um capítulo especial que trata dos seus **direitos coletivos** e rompe com a tradição **assimilacionista** da política indigenista e da tutela do Estado (**ver Legislação Brasileira, pág. 485**). São direitos especiais, além daqueles direitos individuais que valem para todos os cidadãos brasileiros. Entre os direitos coletivos, o mais importante é o direito à terra. Com base no reconhecimento desse direito originário, os povos indígenas têm direito ao usufruto exclusivo das terras que ocupam tradicionalmente. O estado é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

Hoje no Brasil as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,83% do território nacional e 21,5% da Amazônia brasileira. Embora alguns setores da sociedade brasileira afirmem que é “muita terra para pouco índio”, a maioria da população brasileira apóia essa situação e reconhece que os índios têm esse direito como primeiros habitantes, conforme mostrou a pesquisa de opinião realizada em 2000 pelo **Ibope (ver Você Sabia?)**. A extensão das terras indígenas apresenta duas situações bem diferentes: nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, os povos indígenas estão confinados em micro-territórios; nas regiões Centro-Oeste e Norte estão as terras mais extensas, via de regra demarcadas depois da Constituição de 1988 (**ver Terras Indígenas, pág. 262**).

VOCÊ SABIA?

→ A pesquisa *O que os Brasileiros pensam dos Índios*, realizada em 2000 pelo **Ibope** a pedido do **ISA**, revelou que a maioria da população do País (68%) apóia a demarcação e a extensão das terras indígenas. Os entrevistados apontaram os três maiores problemas dos índios: 57% indicaram a invasão das suas terras, 41% apontaram o desrespeito à sua cultura e 28% indicaram as doenças transmitidas pelo contato com os brancos.

→ A primeira língua falada pelos brasileiros no século XVI não foi o português, mas a Língua Geral, formada a partir do idioma Tupinambá. Duas variações dessa língua se formaram: uma no litoral, denominada depois pelos lingüistas como Língua Geral Paulista (LGP) e outra chamada de Língua Geral Amazônica (LGA). A primeira foi extinta. A segunda, conhecida a partir do século XIX como Nheengatu (“fala boa”) continua sendo falada ainda hoje na região do Rio Negro. A Câmara municipal do município de São Gabriel da Cachoeira (AM) decretou em 2002 o Nheengatu como “língua co-oficial” do município.

Os índios têm conhecimentos tradicionais sobre a **biodiversidade** importantes para o futuro da humanidade e, embora não sejam naturalmente ecologistas, os recursos naturais nas suas terras estão sempre mais preservados do que nos seus entornos. Um exemplo bem claro dessa situação é o Parque Indígena do Xingu. Embora os 16 povos que aí vivem protejam o parque, o mesmo não acontece com as florestas que deveriam cobrir as cabeceiras desse grande rio situado no centro geográfico do Brasil. Elas estão sendo destruídas com a implantação de um modelo predatório de desenvolvimento, que combina extração madeireira, agropecuária e produção de grãos para exportação (**ver Parque Indígena do Xingu, pág. 278**).